

ANGÉLICA PATRÍCIA DE ALMEIDA

PALAVRA DE ACAMPADO

Viçosa – MG
Curso de Comunicação Social/Jornalismo - UFV
2014

ANGÉLICA PATRÍCIA DE ALMEIDA

PALAVRA DE ACAMPADO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Comunicação
Social /Jornalismo da Universidade
Federal de Viçosa, como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharel em Jornalismo.

Orientação: Prof. Dr. Ernane Correa
Rabelo

Viçosa - MG
Curso de Comunicação Social/Jornalismo - UFV
2014



Universidade Federal de Viçosa
Departamento de Artes e Humanidades
Curso de Comunicação Social/ Jornalismo

Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Palavra de Acampado*, de autoria da estudante Angélica Patrícia de Almeida, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Ernane Correa Rabelo – Orientador
Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFV

Prof. Dr. Adélcio de Sousa Cruz – Membro Examinador
Departamento de Letras da UFV

Prof. Dr. Willer Araújo Barbosa – Membro Examinador
Departamento de Educação da UFV

Viçosa, 27 de Maio de 2014

Agradecimentos

Gratidão é, antes de tudo, a clareza da participação do outro na nossa vida. É o reconhecimento de que o caminho não é trilhado a pés solitários. Afinal, quanta prosa boa e quanta companhia agradável a gente descobre no decorrer da estrada! Com o coração transbordando alegria, agradeço a todas as pessoas que fizeram e fazem parte do que sou. Principalmente as que emprestam vida aos meus dias e me ensinam a ser melhor nas simples coisas.

Agradeço a Deus, meu fundamento e razão, por manifestar um amor cuidadoso e sem medidas em minha história. À minha família, valioso tesouro, que me enche de saudade. Aos amigos que fiz durante o tempo de universidade e aos de longa data, por tornarem a existência tão bela e pelo companheirismo constante! Às repúblicas Estrela e Magnificat por serem minha família aqui e dividirem momentos tão marcantes. À Viçosa e aos viçosenses, pelo acolhimento caloroso. À UFV por proporcionar crescimento em todos os âmbitos da minha vida.

Em especial, quero deixar meu muito obrigada a todos os movimentos que participei ao longo do curso. Em especial, ao Ministério Universidades Renovadas (MUR), ao Acampamento Manaaim e à Intercessão, aos grupos da Casa 5, Observatório dos Movimentos Sociais e Teia. Além dos professores que, de maneira tão direta, foram responsáveis pela minha formação. De modo particular aos meus orientadores prof. Edgar Coelho, Marcelo Loures e Ernane Rabelo. Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do assentamento Olga Benário e do pré-assentamento Denis Gonçalves. Aos funcionários do DCM e Labcom pela prestatividade e convivência amigável. Gratidão!

RESUMO:

Este projeto experimental retrata, por meio de um livro-reportagem, as histórias de vida de nove integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que estão acampados na cidade de Goianá-MG. Entre janeiro de 2011 e setembro de 2013, após uma liminar de despejo, as famílias sem-terra permaneceram às margens da MG 353 e resistiram na luta pelos 4.683 hectares da Fazenda Fortaleza de Sant'Anna. As condições de habitação eram improvisadas e adversas em vários sentidos, tais como: falta de saneamento; energia elétrica e alimentação adequada; difícil acesso à saúde e à comunicação; risco de violência física e simbólica. Escrito em forma de perfis biográficos, este trabalho evidenciou a personalidade destes sujeitos que foram atraídos por uma proposta de Reforma Agrária e hoje fazem parte do maior projeto de assentamento do estado.

PALAVRAS-CHAVE:

Jornalismo Literário. Perfil. Histórias de Vida. MST.

ABSTRACT:

This experimental project portrays, through a book-entry, the life stories of nine members of the Landless Rural Workers Movement (MST), who are camped in the city of Goianá-MG. Between January 2011 and September 2013, after an injunction dump, the landless families remained on the margins of MG 353 Road and endured the fight for the 4,683 hectares Sant'Anna Fortress Farm. Housing conditions were adverse and improvised in many conditions, such as: lack of sanitation; electricity and adequate food; difficult access to health care and communication; risk of physical and symbolic violence. Written in form of biographical profiles, this study showed the personality of these individuals, who were attracted by an Agrarian Reform proposal and now are part of the largest settlement project in the state.

KEYWORDS:

Literary Journalism. Profiling. Biographies. MST.

SUMÁRIO

1-Introdução	1
1.1- A questão fundiária no Brasil.....	1
1.2- O MST e A Zona da Mata Mineira.....	5
1.3- Os diferentes tratamentos dados ao MST pela mídia brasileira.....	9
1.4- Por que estudar os sem-terra na Zona da Mata pelo vertente literária do jornalismo?.....	12
1.5- Dos objetivos.....	13
2- O Livro-reportagem como veículo extensor do jornalismo	14
2.1- Perfis.....	16
2.2-Perfis ou História Oral de Vida?.....	17
3-Metodologia	20
3.1-Pré-produção.....	20
3.2-Produção.....	23
3.3- Pós-produção.....	25
3.3.1- Descrição do Produto.....	25
3.3.2- Orçamento.....	25
3.3.3- Materiais.....	25
4- Considerações Finais	26
5- Bibliografia	27
6-Anexos (em cd)	

1-Introdução

Este projeto experimental se insere no âmbito do jornalismo literário, tendo como principal proposta de trabalho a produção de um livro-reportagem-perfil acerca das histórias orais de vida de nove acampados do MST, residentes na BR 353, em Goianá- MG. Por se situar na interface comunicação e movimentos sociais¹, inserida na temática da comunicação popular, comunitária e cidadania², será apresentada uma contextualização do nosso objeto de estudo.

1.1- A questão fundiária no Brasil

O problema fundiário no Brasil remonta a 1530, desde a criação das capitâneas hereditárias e do sistema de sesmarias, territórios distribuídos pela Coroa Portuguesa a quem dispusesse cultivar a terra em troca de um sexto da produção obtida (INCRA, 2011).

No século XIX e primeira metade do século XX, ocorreram vários movimentos messiânicos, liderados por religiosos fanáticos ou carismáticos, que buscavam construir um outro mundo para seus seguidores, sem injustiças e com igualdade social. Após 1950 a população camponesa passa a ter apoio de organizações partidárias de esquerda, através do Partido Comunista do Brasil, para se organizar e lutar por seus direitos. Também a Igreja Católica teve grande influência na organização popular no campo. Buscava-se estender ao campo os direitos adquiridos pelos trabalhadores urbanos: jornada de trabalho, férias, salário mínimo, etc. A luta transcorria na busca da ordem institucional, embora os conflitos sempre tenham envolvido grande dose de violência. As bandeiras da Reforma Agrária foram construídas naquele período. (GOHN, 2003, p. 141-142)

Entre 1945 e 1964, os trabalhadores rurais de todo o país organizaram-se em ligas, uniões, sindicatos e confederações e também por meio de Encontros e Congressos

¹ Ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizam-se em grande medida dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. (GOHN, 2010, p.13)

² Esta classificação temática se deve à observância do grupo temático estabelecido no Congresso Latinoamericano de Pesquisadores da Comunicação (ALAIIC) realizado em Montevideu-Uruguai, em 2012, no qual reuniu as áreas da comunicação no contexto dos movimentos populares e/ou sociais, dos sindicatos de trabalhadores, nas pastorais sociais e das Organizações Não Governamentais (ONGs).

em âmbito nacional. Por meio das organizações, os camponeses objetivavam acessar os seus direitos:

O sindicato, companheiros, é a nossa organização, a nossa força, a nossa lei. Será nossa arma para conquistar a reforma agrária³, e, depois que ela vier, será a nossa arma para que a reforma agrária não vire tapeação. Porque nós sabemos que não basta a terra, embora a terra seja um passo decisivo. (...) Mas queremos também ferramentas, sementes boas e baratas, garantia de preço nas colheitas; crédito e mesmo assistência técnica dos doutores que estudam para isso. (OLAVO, 1988, p.98)

As Ligas Camponesas surgiram no nordeste, na década de 50, devido às condições precárias vividas pelos camponeses de Pernambuco, no município de Vitória do Santo Antão. Foi criada, em 1955, a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP) composta por 140 famílias do campo que trabalhavam no engenho da Galiléia, uma vez que tamanha precariedade fazia com que os defuntos fossem “sepultados sem esquife”, tendo o corpo conduzido até o cemitério em caixões cedidos pela prefeitura e posteriormente devolvidos para serem reutilizados. Também eram objetivados, por meio da SAPPP, obter recursos para assistência médica e jurídica dos trabalhadores rurais, a construção de escolas e a organização de uma cooperativa para acessar créditos que financiassem as compras dos instrumentos agrícolas de produção (BARCELLOS apud TEIXEIRA, 2012).

Por possuir mais de 40 associados, o advogado Francisco Julião registrou a Sociedade como uma liga, a fim de diminuir as burocracias impostas pelo Ministério de Trabalho. O processo envolveu a construção do estatuto, eleição da diretoria, registro em cartório, a assinatura em ata e comunicado à justiça (BARCELLOS apud TEIXEIRA, 2012). Francisco Julião liderou e delineou as finalidades da nova entidade, sendo considerado o “deputado” das Ligas Camponesas, criador do famoso *slogan* “Reforma Agrária na Lei ou na Marra” (OLAVO, 1988). A partir da década de 1960, houve uma extensa ampliação das Ligas Camponesas, com núcleos em dez estados brasileiros.

A luta foi ganhando amplitude e tomando outros rumos, os trabalhadores rurais sem terra, de uma forma organizada, procuraram unificar a luta pelo acesso democrático à posse da terra através da resistência e das ocupações da mesma. Nesse sentido, a articulação dos trabalhadores rurais pela reforma agrária, capitaneada pelas Ligas

³ Reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. A concepção é estabelecida pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64).

Camponesas começou a adquirir força, sendo incorporada à pauta política nacional (TEIXEIRA, 2012, p. 30).

Por sua vez, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) criou em 1954, na cidade de São Paulo, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) cuja ação se estendeu a quase todo o país, excetuando os estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul. Neste último, em 1958, foi criado o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) a partir de influências do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O MASTER organizava acampamentos de camponeses a fim de pressionar o governo a desapropriar terras e programar a criação de assentamentos rurais (MORISSAWA apud TEIXEIRA, 2012). No estado de Minas Gerais, sindicatos e Ligas Camponesas foram fundados no início dos anos 60, época na qual a luta pela terra atingia vários municípios (SGRECIA; GADELHA in POMPERMAYER, 1987).

Já em 1955 – em pleno auge dos despejos gigantescos de posseiros que marcaram as décadas de 40 e 50 – realizou-se em Governador Valadares uma manifestação que podemos considerar das pioneiras na luta pela reforma agrária que depois sacudiu o país. Fidelino Ayres Torrado- lavrador que perdera suas terras numa hipoteca do Banco do Brasil- criou um sindicato de trabalhadores rurais, também objetivando lutar pela reforma agrária. Dentro em pouco a entidade estugava de gente. Mais de mil associados. (...) - Em Pium-í, lá no distante oeste, lavradores enfrentavam com êxito uma gigantesca grilagem e organizavam seu sindicato; no Triângulo Mineiro era grande a movimentação camponesa; em Sete Lagoas, os lavradores conseguiram realizar um grande congresso com apoio do bispo, arrostando ameaças de toda classe; também da Zona da Mata, tradicionalmente mais sossegada nesse aspecto, já começavam a surgir focos de agitação aqui e acolá, com a organização dos sindicatos rurais também (OLAVO, 1988, p. 84-105).

Muitas forças políticas pressionavam o governo diante da agitação nacional relacionada à questão fundiária. Em 1962, foi criada a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) e esboçado o Plano Nacional de Reforma Agrária. Foram realizadas reuniões do então Ministro do Estado, Lima Filho, em Governador Valadares e posteriormente do presidente da SUPRA, João Pinheiro Neto, apresentando o decreto do governo que iniciaria, a partir de 30 de março, o processo de reforma agrária. Processo este que objetivava promover a destinação social dos latifúndios improdutivos e combater a deficiência na produção agrícola do país (OLAVO, 1988). A tentativa de assassinato de João Pinheiro Neto, por parte dos fazendeiros do Rio Doce, nesta ocasião prenunciava o confronto pelo qual o país passaria.

As medidas favoráveis à realização da reforma agrária culminaram em repressões de toda ordem em âmbito nacional. Foi feita uma mobilização em todo o território por parte de fazendeiros, membros da imprensa e da Igreja para salvar o país da ameaça comunista, uma vez que as ações do governo “provaram à sociedade que o governo João Goulart era constituído de inimigos dos fazendeiros, empenhado na liquidação do direito de propriedade, servindo sem reboços aos planos do comunismo internacional de cubanizar o Brasil” (OLAVO, 1988, p. 165).

Depois do golpe militar de 1964, os movimentos sociais como um todo sofreram drásticas repressões e os setores organizados dos trabalhadores da terra receberam severas punições. “As ações coletivas foram desorganizadas, permanecendo apenas em lugares específicos, com o caráter de guerrilha armada, comandada por grupos de extrema esquerda que professavam aqueles métodos de luta” (GOHN, 2003, p.142)

Segundo José de Souza Martins (1986), após a Revolução Cubana, os governos latino-americanos foram pressionados pelos Estados Unidos para que fossem colocadas em prática reformas agrárias que evitassem que novas revoluções socialistas acontecessem. Na década de 70, os grandes projetos governamentais ou associados ao capital estrangeiro⁴ geraram vários conflitos no campo. No mesmo período, houve o ressurgimento de organizações de luta e de defesa dos trabalhadores rurais. Em 1975, foi criada a Comissão Pastoral da Terra, com o apoio da Igreja Católica e como consequência das revisões feitas pela Igreja a partir do Concílio Vaticano II, em 1964, e das linhas das novas pastorais definidas a partir de 1968 em Medellín, na Colômbia. (GOHN, 2003)

A partir dos anos 1990, a política de criação de assentamentos rurais no Brasil ganhou maior impulso pela pressão dos movimentos ligados à luta pela terra, que se refletiu em maiores esforços governamentais para implementar a reforma agrária por meio desses empreendimentos (MOURA, 2010). No Brasil, atualmente existem mais de 80 movimentos rurais e, dentre os inúmeros movimentos sem-terra criados, o mais expressivo é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que há 30 anos é protagonista nas ocupações de latifúndios para fins de reforma agrária (GOHN, 2010).

Desde a criação do MST, em 1984, o movimento expandiu sua atuação para 24 estados das cinco regiões do Brasil, atingindo a incorporação de aproximadamente 1500

⁴ Construção de grandes rodovias como a Transamazônica e a Rio-Santos; as usinas hidrelétricas e barragens, como Itaipu; ou a política de promover grandes reflorestamentos, retirando a mata nativa e subsidiando o plantio do “pinus”; ou o incentivo a plantio da cana-de-açúcar aos usineiros para a produção de álcool, tudo isso gerou devastação e conflitos pela terra (GOHN, 2003, p. 142).

militantes, o que fez com que 370 mil famílias se estabelecessem nos 1800 assentamentos criados, além de reunir outras 130 mil famílias em diversos acampamentos⁵ (GOHN, 2010).

1.2- O MST e A Zona da Mata Mineira

Na Zona da Mata Mineira a atuação do MST é recente e pouco ampla. O único assentamento rural da região, Olga Benário, originou-se em 2005, na cidade de Visconde do Rio Branco – local onde 30 famílias tiveram acesso às terras.

A fazenda Santa Helena foi uma área de produção de cana-de-açúcar pertencente à Usina Açucareira Riograndense, sendo adquirida pelo último proprietário através de carta de arrematação em 11 de junho de 1999. Sob posse INCRA, a fazenda foi ocupada por integrantes do MST em junho de 2005, estabelecendo o Assentamento Olga Benário. A maioria das famílias assentadas vem de municípios da região metropolitana de Belo Horizonte e do Sul de Minas, havendo também famílias da região de Visconde do Rio Branco. Durante o processo de conquista da terra a maioria das famílias estava acampada e algumas eram agregadas da antiga Fazenda Santa Helena. A organização sócio-política das famílias do Assentamento Olga Benário é um reflexo da experiência e organização prévia das famílias, desenvolvida durante os anos de acampamento, tendo como princípio o processo histórico de organicidade do MST (CARDOSO, 2012, p.74).

Em Cataguases também houve a tentativa de ocupação por parte do MST, mas sem progresso. “Depois dele, nós ocupamos outra fazenda, na qual a gente resistiu por muito tempo e foi o maior acampamento que produzia para a reforma agrária. Esse acampamento foi despejado, tem mais de quatro anos, que foi o Francisco Julião.” (DIRIGENTE ESTADUAL, 2013). Em novembro de 2010, após três anos e sete meses de ocupação, o parecer judicial determinou a reintegração de posse da fazenda Fumaça, o que diminuiu o número de acampados, devido à decepção dos sem-terra com relação ao processo de reforma agrária:

De início foram cadastradas 185 famílias. No dia da ocupação 85 famílias e chegamos a 185 famílias. No final que deu a reintegração lá o pessoal já tinha abandonado. Porque lá a promessa de que ia sair rápido e depois de 04 anos deu a reintegração. No final a gente chegou

⁵Acampamento é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia. “[...] é uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da Reforma Agrária [...]. A formação do acampamento é fruto do trabalho de base, quando famílias organizadas em movimentos socioterritoriais se manifestam publicamente com a ocupação de um latifúndio” (FERNANDES, 2012, p. 23).

com 40 famílias (Ex-acampado do Francisco Julião apud TEIXEIRA, 2012, p.69).

No dia 25 de março de 2010, o Movimento ocupou a Fazenda Fortaleza de Sant'anna, localizada nos municípios de Goianá, Coronel Pacheco, Chácara e São João Nepomuceno. Tradicionalmente conhecida como símbolo da opulência cafeeira, a fazenda tem 4683 hectares e uma história ligada a grandes políticos da região. O herdeiro das terras, Roberto Luís Tostes Viana, contou-nos um pouco as origens da Fazenda:

A minha família é tradicional de políticos, vem do José Bonifácio Patriarca, presidente Antônio Carlos, que se chamava presidente, mas foi governador de Minas duas vezes. Então a minha família tem os Andrada, dos políticos, e os Tostes, Resende, Mascarenhas, todos fundadores de Juiz de Fora. E os Tostes sempre ficaram fazendeiros. Chegamos a ter quatro Fazendas. A Fazenda Fortaleza de Sant'Anna era a maior delas, chegando a ter a maior produção de café da Zona da Mata. Uns dizem de Minas, outros dizem da Zona da Mata. Essa Fazenda foi comprada da mãe do Mariano Procópio. E se intitulava o nome a ela, porque ela gostava muito das terras, de Baronesa de Sant'Anna. Mas ao contrário do que falaram, que nós tivemos escravos, não, nós chegamos aqui já era a época dos italianos. Só que os descendentes de escravos não quiseram ir embora, gostaram do trato da família e tudo. Na verdade, a gente entende aqui como uma família mesmo. Não tem aquela coisa de patrão e empregado. Claro que tem que se cumprir o trabalho, mas é tudo tranquilo (VIANA, 2013, s/p.).

Apesar de possuir alto potencial turístico – pelo estilo arquitetônico e os maquinários coloniais que preserva; importância arqueológica, sendo o único local brasileiro onde foram descobertas múmias; riquezas históricas de ordem imaterial, com aproximadamente 100 moradores descendentes de escravos e colonos locais; além de remanescentes florestais fundamentais de serem conservados – a fazenda não teve cuidados administrativos suficientes.

De uns dez anos para cá, caiu muito a produção. Só ficou mesmo na produção de leite. Antes produzia milho, arroz, feijão, café. Agora, de uns dez anos para cá, só ficou mesmo o leite e algum gado de corte. Mas faltou investimento para a fazenda prosseguir dando emprego. Na minha ocasião, por exemplo, vinha da escola e ia trabalhar. Hoje em dia, de uns 20 anos pra cá, os nossos filhos têm que estudar e sair fora. Antigamente não, ficava todo mundo aqui dentro. A Fazenda dava emprego pra todo mundo. Hoje eu tomo conta do gado, mas está ficando cada dia mais precário o trabalho. A partir deste mês, não acho que vai ter mais trabalho nessa fazenda não. Agora deve ter umas 300 cabeças de vacas leiteiras. Mas agora eles estão dispendo de tudo para entregar a fazenda. Essa fazenda era muito mais bonita. Era coisa de

louco. A sede era muito bonita. Em 2001 ela pegou fogo. Era uma senhora fazenda. Dizem que um herdeiro colocou fogo. Eu conheci do doutor Lair Tostes para cá e a irmã dele, Lourdes Mascarenhas. De uns 10 anos pra cá, só vêm os representantes dos donos da fazenda. Eles não vêm aí. (SILVA, 2013, s/p.)

Roberto Viana (2013) explica os motivos pelos quais houve o declínio na produção, que levou ao laudo de improdutividade do INCRA e à decisão de desapropriação da Fazenda para fins de reforma agrária:

(...) todos da família, de um modo geral, tirando meu avô, meu primo e um tio meu, todos tinham isso (fazenda) como um lazer, com amor. O que nós queríamos mesmo era perpetuar no sentido de manter o povo aqui, 42 famílias, bem. Na hora que tava havendo a troca da geração antiga, que está com idade, todos acima de 75 anos, cansados e tristes com a morte do avô, da avó e com o incêndio... Na hora que viriam os novos, para fazer o investimento e tudo, houve isso. (...) Obviamente, o certo era ter uma indenização mais de acordo, mas tendo esse lado social que a família sempre quis e mantendo as matas que a gente sempre manteve, eu estou feliz. Eu, Roberto, não ia vender nunca. Quando eu cheguei aqui, várias ofertas de dinheiro graúdo. Três vezes esta indenização, valores altos; e eu nunca quis. A minha idéia era realmente, com o tempo, vir os novos, para assumir e tocar isso mais direito, mas Deus sabe o que faz. Havendo aqui respeito e união, está tudo em paz (VIANA, 2013, s/pág.).

Por parte do MST, houve cobertura da ocupação da fazenda. O blog denominado MST GOIANÁ⁶ fez a publicação do documento no dia 30 de março de 2013, mas observa-se que não houve prosseguimento das atualizações por parte deste suporte digital.

Munidos de laudo do INCRA, que declara a fazenda como improdutiva, ou seja, não cumpridora de sua função social, contamos com a solidariedade de todo o povo mineiro. Nossa proposta de Projeto Popular para o campo tem como desafios eliminar a pobreza no meio rural, combater a desigualdade social e a degradação da natureza, garantir a soberania alimentar com alimentos saudáveis, preservar a biodiversidade animal, vegetal e cultural em todos os territórios, garantindo a participação igualitária das mulheres e dos homens. (Brigada Manuel Marulanda⁷, 2010, s/p.).

⁶ Disponível em: <http://mstgoiana.blogspot.com.br/>

⁷ “A Brigada é um termo militar que a gente usa para definir um certo grupo organizado. Antigamente, nós não nos organizávamos por brigadas, nós nos organizávamos por região. Então se você pega a região da Zona da Mata, com certeza a região da zona da mata é maior do que muitos países que existe no mundo. Então, você vai colocar um dirigente político para coordenar a Zona da Mata, é uma coisa muita ampla, muito grande. Então nós decidimos que 200 famílias formam uma brigada (...)A nossa brigada na Zona da Mata é a Brigada Manuel Marulanda (...). Como ela está dentro de uma região, a nossa regional chama Antônio Ventura que também é uma homenagem a um outro companheiro que no dia da nossa ocupação no Dênis Gonçalves o companheiro morreu” (Dirigente

A cobertura jornalística da ocupação da Fazenda Fortaleza de Sant`Anna foi feita também por veículos como a *TV Alterosa*, *Estadão*, *Correio Braziliense*, *Estado de Minas*, *Brasil Wiki* e *blogs* em geral⁸. Além disso, circulam na internet relatos oficiais do MST acerca do dia 25 de Março de 2010⁹, contando como foi o processo de entrada e estabelecimento dos Sem-Terra na Fazenda Fortaleza. Militantes do Movimento, estudantes das Universidades Federais de Juiz de Fora (UFJF), Lavras (UFLA) e Viçosa (UFV) e sindicalistas de Juiz de Fora integraram a ocupação.

Em 2011, as 90 famílias que ocupavam o local foram despejadas, passando a ocupar uma beira de estrada próxima, no quilômetro 48 da MG 353. Famílias estas que resistiram no local a fim de conseguir a liminar judicial para reocupar as terras da Fazenda e sobreviveram em moradias improvisadas, sem uma infra-estrutura adequada que garantisse condições dignas de vida.

Morando em barracas feitas com telha de amianto, bambu e lona preta, expostas às intempéries temporais, calor intenso e chuvas abundantes, os sem-terra permaneceram por dois anos e meio às margens da rodovia. Diante do perigo constante de violência física e simbólica, proposital ou acidental, da falta de energia elétrica e saneamento básico, da ausência de assistência médica, os acampados se organizaram em muitos sentidos para garantir o máximo de segurança à comunidade.

No dia 3 de setembro de 2013, as famílias reocuparam a Fortaleza de Sant`Anna, onde permanecem atualmente em processo de negociações para concretizarem o projeto de assentamento. Meses depois, às margens da MG 353 não restaram sinais da ocupação. Neste sentido, este livro-reportagem teve como proposta central narrar as

Estadual – MST, 2012 apud TEIXEIRA, 2012).

⁸ Estadão (<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,mst-invade-fazenda-simbolo-da-elite-cafeeira-de-mg,529663,0.htm>), Correio Braziliense (http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/03/26/interna_brasil,182126/index.shtml), Estado de Minas (http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/04/17/interna_gerais,289263/mst-ocupa-rodovias-no-interior-de-minas-e-protesta-na-sede-do-incra-em-bh.shtml), Blog do Omar Peres (<http://omarperes.blogspot.com.br/2010/03/bomba-bomba-mst-invade-fazenda-de-juiz.html>), Brasil Wiki (http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/04/17/interna_gerais,289263/mst-ocupa-rodovias-no-interior-de-minas-e-protesta-na-sede-do-incra-em-bh.shtml).

⁹ Alguns relatos oficiais podem ser conferidos nos portais do Movimento Sem Terra: <http://mstgoiana.blogspot.com.br/>, <http://www.mst.org.br/node/9385>, <https://www.youtube.com/watch?v=BHddAknGpBY>, <https://www.youtube.com/watch?v=yG7ilkw3TWs>.

histórias de vida dos acampados, que permaneceram continuamente no Denis Gonçalves¹⁰, buscando explicitar qual a trajetória percorrida por estes sujeitos anteriormente ao processo de luta pela terra.

1.3- Os diferentes tratamentos dados ao MST pela mídia brasileira

O modo como os meios de comunicação lidam com o MST é contraditório. No livro *Do Silêncio à Satanização: o discurso de Veja e o MST*, Eduardo Ferreira de Souza (2004) cita que, de um modo geral, a mídia tratou o movimento com desdém até o segundo semestre de 1995, período a partir do qual o MST ganha expressividade nacional, com o terceiro congresso do movimento, e internacional devido ao massacre de Corumbiara¹¹. “Se tomarmos como exemplo a *Folha de S. Paulo*, veremos que o jornal publicou apenas 40 notícias que faziam referência ao MST em 1994. Esse número pula, repentinamente, para 405 em 1995 (...) e para 710 em 1996” (SOUZA, 2004, p.58)

Esta visibilidade repentina pode ser mais bem compreendida tomando-se como referência acontecimentos históricos e polêmicos envolvendo sem-terras e latifundiários no Brasil, como por exemplo, os entraves no estado do Pará. Em *O Massacre*, Eric Nepomuceno, após mais de três anos de pesquisa, explicita em detalhes o maior conflito rural registrado em nosso país, no qual dezenove pessoas foram mortas a sangue-frio e dezenas ficaram sequeladas:

Depois disso tudo, cheguei à convicção de que o que aconteceu na tarde da quarta-feira, dia 17 de abril de 1996, no trecho da rodovia PA-150- a principal do sudeste do Pará e uma das principais do estado – conhecida como Curva do S, a escassos quilômetros de Eldorado do Carajás, foi uma das mais frias e emblemáticas matanças da história contemporânea do país. Ninguém deveria sequer se atrever a usar palavras como “confronto”, “incidente” ou “choque” para descrever o que aconteceu na Curva do S. Aquilo foi uma carnificina brutal, um massacre que permanece impune (NEPOMUCENO, 2007, p. 16).

A socióloga e pesquisadora Maria da Glória Gohn (2003) classifica como “espantosa” a mudança no tratamento concedido pelos veículos de comunicação, a

¹⁰ “O acampamento foi denominado Denis Gonçalves, nome de um integrante do Movimento, assentado no Olga Benário, no município de Visconde do Rio Branco que veio a falecer em consequência de um acidente automobilístico em uma rodovia próxima ao assentamento.” (TEIXEIRA, 2012, p.69)

¹¹ Massacre ocorrido em 9 de agosto de 1995, na cidade de Corumbiara, Rondônia, no qual morreram 11 sem-terra e dois policiais. Verificar o link da Comissão Pastoral da Terra: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/12-conflitos/1787-massacre-de-sem-terra-ocorrido-ha-18-anos-em-corumbiara-esta-longe-de-desfecho#sthash.Oxj8lsOG.dpuf>

partir de abril de 1997, quando não só as manchetes jornalísticas brasileiras foram ocupadas com notícias sobre os sem-terra, mas a repercussão atingiu níveis internacionais, como consequência do fato de a emissora norte-americana *CNN* veicular uma matéria de quatro minutos sobre a Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, que percorreu o país em dois meses e chegou a Brasília no dia 17.

Repentinamente, os sem-terra deixaram de ser vistos como um “bando de radicais” e ganharam o *status* da cidadania de trabalhadores em luta pela Reforma Agrária, num exercício de democracia. Várias hipóteses já estão sendo levantadas como explicação para essa alteração; elas vão desde a legitimidade das reivindicações do movimento até as mensagens transmitidas pela Rede Globo de televisão sobre os sem-terra por meio da novela “O Rei do Gado”, exibida em 1996. Devemos observar que essas hipóteses foram sugeridas pelos articuladores da própria mídia. Os intelectuais da academia pouco ou nada falaram a respeito; na mídia, com exceção da TV Cultura de São Paulo, a maioria dos órgãos não procurou os pesquisadores do assunto para saber como eles estavam avaliando os fatos (GOHN, 2003, p. 159).

Na década de 1990 a relação do MST com a mídia foi estratégica para que o movimento ganhasse visibilidade nacional. Assim sendo, as grandes ocupações de terra eram “avisadas” à imprensa, para que fossem noticiadas. “Mas, à medida que elas passaram a ocupar as manchetes diárias, a exposição excessiva passou a ter efeitos negativos. E o MST passou a ser utilizado, pela mídia, como elemento de geração de medo e da insegurança junto à opinião pública” (GOHN, 2010, p. 147).

Na análise de Isabela Schwenbger (2008) dos dois principais jornais sul-mato-grossenses *O Progresso* e *Correio do Estado*, ela aponta que as principais representações sociais construídas acerca do MST foram de “invasor”, “criminoso” e “perigoso” em notícias que tiveram a polícia como principal fonte de informação. Tendência esta que permaneceu nos anos de análise, quando os textos se caracterizaram como uma cópia fiel aos boletins de ocorrência produzidos, nos quais a polícia destacava a ação do Movimento como criminosa. Além disso, a representação recorrente das ações políticas do MST que prevaleceu nos dois jornais nos últimos anos foi a de: “guerrilheiro revolucionário” que, por meio dos sem-terra, objetivava tomar o poder e era uma ameaça para a segurança nacional, “grupo de invasores violentos e perigosos”, “ameaçadores da ordem”.

Em 2014, o MST completa 30 anos e, apesar de ser um governo de esquerda instituído, sobretudo pela aliança com os movimentos sociais, o governo Dilma é o que

menos desapropriou imóveis rurais para fazer reforma agrária nos últimos 20 anos, sendo esta uma contradição bastante debatida pela grande-imprensa na atualidade. “Na primeira metade do mandato, apenas 86 unidades foram destinadas a assentamentos. Dilma supera só Fernando Collor (1990-92), que desapropriou 28 imóveis em 30 meses” (Folha de São Paulo, 2013).

O Censo Agropecuário 2006 feito pelo IBGE demonstrou que a concentração fundiária é uma realidade persistente e importante de ser considerada no contexto nacional. Apesar disto, houve diminuição no número de ocupações de terras feitas. Em 2012, a Ouvidoria Agrária Nacional registrou 176 casos. “O governo Dilma está mantendo uma média de 22.552 famílias assentadas por ano, mais ou menos um terço da média dos dois governos anteriores: 67.588 no primeiro e 76.761 no segundo” (Estadão, 2013).

A concentração e a desigualdade regional é comprovada pelo Índice de Gini da estrutura agrária do País. Quanto mais perto esse índice está de 1, maior a concentração. Os dados mostram um agravamento da concentração de terras nos últimos 10 anos. O Censo do IBGE mostrou um Gini de 0,872 para a estrutura agrária brasileira, superior aos índices apurados nos anos de 1985 (0,857) e 1995 (0,856). (...) De acordo com o instituto, enquanto os estabelecimentos rurais de menos de 10 hectares ocupam menos de 2,7% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais, a área ocupada pelos estabelecimentos de mais de 1.000 hectares concentra mais de 43% da área total (ESTADÃO, 2009).

Há discordâncias¹² sobre as explicações que justificam o baixo número de desapropriações feito pelo governo. As divergências ficaram mais evidentes após 8 de fevereiro de 2013, quando o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, declarou: “Não adianta a gente cometer a irresponsabilidade de distribuir muita terra e não permitir que o agricultor encontre na terra uma maneira de sobreviver. No Brasil, há muitos assentamentos que se transformaram quase em favelas rurais”¹³.

¹² Algumas coberturas jornalísticas contraditórias acerca da discussão podem ser acessadas por meio dos links: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/1230854-favelas-rurais.shtml>, <http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/93098/%E2%80%9CAssentamentos-viraram-quase-favelas-rurais%E2%80%9D.htm>, <http://www.brasildefato.com.br/node/12219>.

¹³ Sobre o conceito “favela rural”, crítica aos assentamentos sem-terra, pode ser consultada a obra Reforma Agrária: ‘terra prometida’, favela rural ou “kolkhozes”, mistério que a TPF desvenda, do autor Atílio Guilherme Faoro. <http://agenciaboaimprensa.blogspot.com.br/2013/04/as-quase-favelas-rurais-do-ministro.html>

1.4- Por que estudar os sem-terra na Zona da Mata pela vertente literária do jornalismo?

Como exposto anteriormente, o impasse na Zona da Mata Mineira entre os latifundiários e trabalhadores sem-terra é uma realidade recente na região, carecendo de dados científicos acerca da temática¹⁴, o que torna relevante estudar qual o perfil dos cidadãos que compõem o MST na região. Por outro lado, diante do baixo número de trabalhos empreendidos neste viés e da complexidade das relações envolvendo o MST e mídia, é necessária uma abordagem que aprofunde os conhecimentos a respeito do tema, possibilidade contida no livro-reportagem.

Assim, a modalidade livro-reportagem-perfil apresenta-se como alternativa para se conhecer as histórias de vidas dos acampados do MST e compreender por quais motivos e como estes sujeitos fazem parte do atual projeto de reforma agrária na Zona da Mata mineira. Nas palavras Edvaldo Pereira Lima,

a missão nobre de informação em profundidade do jornalismo está sendo lamentavelmente destruída na grande-imprensa brasileira em favor do texto curto superficial, de deduções apressadas, dos estereótipos mascaradores da realidade, dos “dropes” que reduzem um contexto a um preconceito pouco esclarecedor. E é nesse vazio deixado pela grande mídia, que pouco a pouco transforma-se em apenas um conjunto de veículos de informação e serviço, sem mais poder de fogo para explicar ao receptor a complexa realidade contemporânea, que o livro-reportagem penetra embrionariamente (LIMA, 2003, p.56).

O livro-reportagem, por não possuir um formato pré-determinado, propicia ao autor maior liberdade quanto à temática, angulação, fontes, tempo e eixo de abordagem. Indo ao encontro do meu interesse pessoal em estudar as histórias de vida dos acampados devido a uma pesquisa¹⁵ iniciada em agosto 2012 e à experimentação do

¹⁴Em uma busca no sistema de busca do *Google* pelos termos de pesquisa “acampamento”, “Denis Gonçalves”, “MST”, os conteúdos encontrados referem-se, quase que exclusivamente, a comentários oficiais do movimento ou de suas alianças partidárias e sindicais, com postagens em blogs ou vídeos no YouTube. Os dois únicos artigos acadêmicos encontrados possuem objetivos diferentes deste que ora se apresentam, sendo uma dissertação de mestrado da Extensão Rural da UFV, acerca do assentamento Olga Benário e que fala também da ocupação da Fazenda Fortaleza de Sant’anna (<http://www.extensao-rural.ufv.br/dissertacoes/2012/Manoel%20Tadeu%20Teixeira.pdf>) e um artigo para a Revista de Educação Popular que trata do tema “A População goianaense como guardiã do patrimônio cultural” (<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/23030/12505>). No acervo digital do Curso de Comunicação Social da UFV (<http://www.com.ufv.br/tcc>), analisando os trabalhos de conclusão de curso empreendidos entre 2004 e 2012, foi encontrado apenas um trabalho feito nesta temática, sobre o assentamento Olga Benário.

desenvolvimento embrionário de um livro-reportagem na disciplina Jornalismo Literário, oferecida no sexto período letivo.

Fatores estes que potencializaram minha identificação pessoal com causas sociais e a busca de uma apuração que se afaste de uma visão “oficial” acerca do movimento, que priorize falas por parte dos próprios dirigentes do MST, bem como de uma leitura que criminalize e/ou desqualifique o movimento. Buscando superar a premissa de que “a mídia oculta aos olhos de telespectadores e leitores os aspectos mais importantes e edificantes do movimento, em geral tratado como um “bando” de malfeitores” (ARBEX JR, 2003, p. 388), uma vez que os aspectos mais “importantes e edificantes” aqui selecionados são o próprio povo acampado, rico em suas histórias de vida.

1.5- Dos objetivos

O objetivo central deste trabalho foi narrar as histórias de vida dos sem-terra que acamparam permanentemente¹⁶ na BR 353, localizada em Goianá-MG, a fim de se conhecer a personalidade destes sujeitos e dar voz às suas trajetórias. Como objetivos específicos, esperou-se que os perfis evidenciassem informações suficientes para identificar que fatores impulsionaram este grupo de acampados a fazer parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; problematizar os conflitos do campo em Goianá, na perspectiva do homem acampado; além de registrar, sistematizar e ampliar as informações acerca do acampamento Denis Gonçalves, na MG 353, tendo em vista que o espaço ocupado era provisório e foi desmontado logo a já citada reocupação da Fazenda Fortaleza de Sant`Anna, em 3 de setembro de 2013.

2- O Livro-reportagem como veículo extensor do jornalismo

¹⁵Práticas educomunicativas no campo: A influência midiática no processo de ensino-aprendizagem no assentamento Olga Benário e no acampamento Denis Gonçalves, orientada pelo professor do Departamento de Educação, Edgar Pereira Coelho, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

¹⁶ De acordo com a política do movimento, as famílias devem pernoitar pelo menos dois dias no acampamento, além de cumprir as atividades designadas. Como há pessoas que trabalham nas cidades ao entorno do Denis Gonçalves, aproximadamente apenas 10 famílias residem permanentemente no local. Sendo a prioridade deste livro contar a história destas últimas.

A literatura e o jornalismo impresso aproximam-se, intersectam-se e afastam-se desde o surgimento da imprensa moderna na segunda metade do século XIX. Nessa época, já havia dificuldades de especificar as funções e objetivos de cada uma das atividades porque tinham em comum o ato de escrever. Jornais produziam folhetins e publicavam suplementos literários, bem como escritores encontravam no jornalismo um meio de subsistência e um canal de aprimoramento e promoção do seu trabalho (a título de exemplificação, os autores Machado de Assis, José de Alencar e Gonçalves Dias iniciaram carreira em jornais).

Em um primeiro movimento, o jornalismo apropriou-se de características advindas da literatura, incorporando técnicas e formas de expressão com a tarefa de coletar dados sobre pessoas existentes no espaço social verdadeiro. Tom Wolf (1973) atribui ao movimento da literatura denominado de realismo social a melhor contribuição para renovação de estilo da narrativa jornalística em profundidade, sendo o livro-reportagem o meio mais adequado, através de expoentes como Balzac, Dickens, Dostoiévski e Tolstói (WOLF apud LIMA, 2004).

No jornalismo, a evolução da notícia para reportagem fez com que os escritores se inspirassem na literatura em busca de novos métodos para narrar o real. Para atender a necessidade de ampliar os fatos e viabilizar ao receptor a compreensão em maior profundidade, o jornalismo desenvolveu a modalidade de mensagem chamada reportagem. Segundo Lima (2004), a reportagem é a ampliação do relato simples, que ocorre em maior alcance quando se pratica a grande-reportagem, aquela que possibilita um mergulho de fôlego nos fatos e em seu contexto. A reportagem capta, envolve o leitor, o conduz para outro patamar de compreensão da realidade e, “tanto quanto possível, de si mesmo, pelo espelho que encontra nos seus semelhantes retratados pelo relato” (LIMA, 2004, p. 138).

Cláudio Abramo, em *A regra do Jogo*, qualifica como importante a informação verticalizada, dada em profundidade na reportagem:

A reportagem é uma narrativa, simplesmente uma narrativa. Ela depende muito do poder de observação do narrador, de maneira a transmitir essa boa observação em palavras e de saber concatenar bem a forma de expressá-las. Uma observação cuidadosa não é necessariamente uma boa reportagem. Mas uma boa reportagem é necessariamente fruto de uma observação cuidadosa. (...) Nos tempos modernos, devido a influências várias e por causa do influxo de jornalistas com pendores literários, a reportagem perdeu seu aspecto de narrativa fria- aparentemente fria, porque não existe nada de frio no relato das coisas (ABRAMO, 1988, p. 111).

Lima (2004), no livro *Páginas Ampliadas*, atribui à passagem do século XIX para o XX, como uma nova era na qual a narrativa jornalística, em reportagem, começa a tornar-se independente, ensaiando seu caminho próprio e resultando em livro. Neste sentido, o livro-reportagem, como veículo extensor do jornalismo e da literatura, seria responsável por preencher a incompletude e a imprecisão deixadas pelas publicações periódicas, uma vez que estas tratavam das questões muitas vezes com superficialidade e com extremo oportunismo.

Ainda segundo o autor, diante do mercado editorial e da infinidade de publicações escritas sob a fórmula mais tradicional que existe, a pirâmide invertida, o livro-reportagem apresenta-se como espaço de relativa independência para colocar em prática o máximo das habilidades de um comunicador do real, em que há a possibilidade de responder à realidade complexa e plural na qual o jornalismo se insere.

Significa potencializar os recursos do Jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do *lead*, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos (PENA, 2006, p.13).

Na concepção de Lima (2004) prioritariamente, três condições distinguem o livro-reportagem das demais publicações classificadas como livro, quais sejam o conteúdo, o tratamento e a função. Por se tratar de uma produção jornalística, o objeto abordado no livro-reportagem deve ser real, factual, sendo a veracidade e a verossimilhança fundamentais. A linguagem, a montagem e a edição do texto devem observar as características jornalísticas, utilizando não só a comunicação linguística, mas também recursos gráficos (ilustrações, gráficos, charges etc). Em relação à função, o livro-reportagem pode ter objetivos distintos, como informar, orientar, explicar, entre tantas outras possibilidades. Além dessas três classificações principais, há dois aspectos que diferenciam o livro-reportagem dos demais periódicos. O primeiro é *periodicidade*, inexistente no livro-reportagem. O segundo é o conceito de *atualidade*, que se torna mais elástico em relação ao veículo, sendo que o tempo presente é mais extenso, superior (LIMA, 2004).

Quanto ao objetivo e à natureza, pode-se classificar os livros-reportagem dentro de diferentes grupos:

1. livro-reportagem-depoimento,
2. livro-reportagem-retrato,

3. livro-reportagem-ciência,
4. livro-reportagem-ambiente,
5. livro-reportagem-história,
6. livro-reportagem-nova consciência,
7. livro-reportagem-instantâneo,
8. livro-reportagem-atualidade,
9. livro-reportagem-antologia.,
10. livro-reportagem-denúncia,
11. livro-reportagem-ensaio,
12. livro-reportagem-viagem.

O tipo escolhido para figurar o livro-reportagem deste trabalho experimental de conclusão de curso é o perfil.

2.1- Perfis

A partir da década de 1930, os jornais e revistas começaram a investir mais na ideia de retratar figuras humanas jornalística e literariamente. A excelência em perfis no Brasil foi impressa pela revista *Realidade* em sua época áurea (1966-1968) e tinha como elementos constituintes: a imersão total do repórter no processo de captação, a simultânea autoria e participação como personagem da matéria por parte do jornalista, ênfase em detalhes reveladores (não em estatísticas ou dados enciclopédicos). Além disso, compunham o texto: a descrição do cotidiano, o uso de frases sensitivas, a valorização dos detalhes físicos e das atitudes da pessoa, o estímulo ao debate e a liberdade do repórter reconhecer e assumir, em primeira pessoa, as dificuldades de compreensão da indecifrável e sempre fascinante personalidade humana (VILLAS BOAS, 2003).

Os perfis recebem variadas denominações: Steve Weinberg (1992) os chama de biografia de curta duração (*short-term biography*); Oswaldo Coimbra (1993), de “reportagem narrativo-descritiva de pessoa”; Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1986) acham que deve ser chamado perfil o texto que enfoca o protagonista de uma história (a de sua própria vida), e de miniperfil o texto descritivo de uma personagem secundária inserido no momento em que ocorre uma interrupção ou um corte da narrativa principal.

Por se tratar de um projeto experimental acerca das histórias de vida dos acampados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o

livro-reportagem-perfil é o que proporciona uma abordagem multidimensional do tema, que contemple os cinco elementos fundamentais de um bom texto, elencados por Vilas Boas (2004): memória, conhecimento, imaginação, sínteses e sentimentos.

Os perfis cumprem um papel importante que é exatamente gerar empatias. Empatia é a preocupação com a experiência do outro, a tendência a tentar sentir o que sentiria se estivesse nas mesmas condições e circunstâncias experimentadas pelo personagem. Significa compartilhar as alegrias e tristezas de seu semelhante, imaginar situações do ponto de vista do interlocutor (VILAS BOAS, 2004, p.14).

2.2-Perfis ou História Oral de Vida?

Segundo Sergio Villas Boas (2003), no contexto das pesquisas qualitativas em Ciências Sociais (sociologia, antropologia, história, psicologia), há o uso de uma expressão mais ampla para designar os perfis: histórias de vida. Esta narrativa do conjunto de vivências íntimas e pessoais há muito é utilizada como método de pesquisa para compreender o comportamento social e a vida pública a partir de aspectos privados dos entrevistados, tais como: vida social, situação econômica, cultura, política e religião. Devido à corrente britânica impulsionada por Paul Thompson, a história oral de vida tem sido uma tendência forte no gênero da história oral (MEIHY, 2005).

Desde o começo do século XX, as pesquisas na área da sociologia e da antropologia norte-americanas fizeram uso de relatos orais. “A história oral, como técnica moderna de documentação histórica, foi estabelecida em 1948 quando Allan Nevins, historiador da Universidade de Colúmbia, começou a gravar as memórias de pessoas importantes da vida americana” (THOMSON, 1988, p. 47).

No cenário brasileiro, a partir dos anos 1950, as pesquisas históricas acadêmicas passaram a incorporar esta técnica recuperando, duas décadas depois, a importância das micro-histórias e garantindo maior atenção às vivências cotidianas, em detrimento da chamada “história oficial”. A novidade de uma história oral de pessoas anônimas e a força das transcrições completas de depoimentos representou um avanço diferenciado da prática que prezava "a busca da verdade" em detrimento do “registro da experiência” (MEIHY, 1999, p. 90).

A primeira publicação utilizando a expressão “história oral” no contexto acadêmico brasileiro remonta a 1977, em uma dissertação de mestrado intitulada *História Oral: teoria e técnica* da Universidade Federal de Santa Catarina. Um ano

antes, exilados políticos haviam escrito *Memórias do exílio: muitos caminhos*, e que só chegou ao país em 1978. Entretanto, aceitação da história oral foi diretamente influenciada pelos processos de redemocratização no Brasil, bem como dos países da América Latina que vivenciaram ditaduras militares, a partir de 1979; florescendo principalmente depois de 1983 (MEIHY, 1999).

Philippe Joutard (2000) cita a influência da tradição oral sobre a perspectiva literária brasileira a partir de escritores como José Lins do Rego, Guimarães Rosa e Jorge Amado e assinala o legado social da história oral. Por pressuposto, este método tem como fundamento evidenciar vozes normalmente negligenciadas devido a uma concepção historiográfica que as considera insignificantes de serem registradas nos documentos escritos. Neste sentido, a história oral potencializa grupos sociais e perspectivas contra-hegemônicas que haviam sido ocultados da história, permitindo que suas memórias sejam transformadas em história.

Evidentemente, não se trata de um esquecimento involuntário, mas de escolhas orientadas por suas concepções e posicionamentos frente ao fazer jornalístico e histórico, que nos remetem para a seletividade das memórias preservadas e a necessidade de empreender uma análise crítica sobre os materiais aos quais atribuímos o estatuto de fontes históricas, no passado, e no presente. (...) O que convém enfatizar é que os ensaios históricos analisados, como qualquer outro testemunho, não são neutros e objetivos, carregam as marcas do lugar social onde foram produzidos, das disputas que enfrentaram e nas quais intervieram e das alianças que teceram dentro e fora da imprensa. Transformados em documentos que supostamente fariam por si mesmos, cuja historicidade não precisaríamos reconhecer para entender quais relações sociais expressam, e nem indagar sobre seus compromissos políticos e interesses, esses estudos seguem produzindo uma história de mão única, silenciando sobre outros sujeitos e modos de fazer imprensa que permitiriam reconhecer a existência de tensões e embates no difícil percurso de construção da democracia no Brasil (MACIEL, 2009, p. 74-79).

Na contramão de uma historiografia tradicional generalista, esta mudança de enfoque alterou as fontes e as metodologias do fazer histórico, no contexto da “Nova História”, privilegiando estudos específicos e verticalizados, permitindo registrar significados subjetivos, ou pessoais, de acontecimentos passados.

Não obstante suas limitações, a história oral deve ser entendida como um método capaz de produzir interpretações sobre processos históricos referidos a um passado recente, o qual, muitas vezes, só é dado a conhecer por intermédio de pessoas que participaram ou testemunharam algum tipo de acontecimento. Quando uma pessoa passa a relatar suas lembranças, transmite emoções e vivências que

podem e devem ser partilhadas, transformando-as em experiência, para fugirem do esquecimento. No momento em que uma entrevista é realizada, o entrevistado encontra um interlocutor com quem pode trocar impressões sobre a vida que transcorre ao seu redor; é um momento no qual lembranças são ordenadas com o intuito de conferir, com a ajuda da imaginação, ou da saudade, um sentido à vivência do sujeito que narra a sua história (SANTOS, 2010, p. 3).

Entrevistas, depoimentos e histórias de vida são técnicas que vêm sendo utilizadas há bastante tempo por profissionais – jornalistas, historiadores, politólogos, sociólogos –, que se exercitam na história imediata e que buscam, a partir do testemunho das fontes, matérias de reflexão para suas pesquisas e a horizontalidade cronológica necessária para suas análises. “De certa maneira, ela é mesmo filha da imprensa. De fato, foram a pressão jornalística e a demanda social conjugadas que impuseram o princípio da história imediata a partir da metade dos anos 50” (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999, p.22).

Diante das indagações do pesquisador, o entrevistado é levado à rememoração de situações vivenciadas em outras circunstâncias, inscritas em outros tempos e lugares. O tempo no qual fala e que é ponto de partida para as lembranças é o tempo presente. Conjuntamente às lembranças, a história oral fornece esquecimentos, deformações e equívocos. Assim, faz emergir as representações da realidade que são feitas e não propriamente as realidades.

Voltar no tempo é um exercício que necessita de um constante ir e voltar, pois cada lembrança ancora-se a um momento do presente. (...) Ou seja, as lembranças não vivem no passado, ao contrário, precisam de um tempo presente de onde sejam projetadas e ancoradas por um sentido. Elas também jamais se apresentam isoladas, são de ordem relacional e envolvem outros indivíduos: nas lembranças, nunca estamos sós. Assim, embora a história oral não trabalhe com uma memória social ou coletiva, em seu sentido estrito, é preciso reconhecer que as memórias individuais são construídas a partir de vivências que os sujeitos experimentaram no curso de suas vidas, no interior de grupos sociais (SANTOS, 2010, p. 4).

As críticas centrais relativas à história oral na década de 60 relacionavam-se na convicção positivista de que a memória sofreria distorções pessoais do entrevistado e do entrevistador (deterioração física, na velhice, nostalgia, preconceitos, influência das versões retrospectivas e coletivas do passado). Indo de encontro aos questionamentos acerca da confiabilidade dos relatos por conta das distorções, historiadores orais começaram a reconhecer a importância destas peculiaridades.

Segundo Thomson (1988), emergiram assim uma série de pesquisas usando histórias de vida, orais e escritas, em uma ampla gama de campos intelectuais (sociologia de história de vida, as abordagens biográficas e autobiográficas em estudos literários, a antropologia, estudos culturais, psicologia narrativa, estudos de linguística e comunicação e trabalhos sobre identidade, memória e narrativa pessoal).

Acerca dos desafios da história oral no Brasil, Meihy aponta da predominância da marca urbana da história e a carência de estudos de setores rurais. “Alguns movimentos têm chamado atenção pelo impacto na sociedade em geral. Principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) tem motivado investidas da história oral” (MEIHY, 1999, p. 94). Segundo o autor, a história oral de vida é a maior promessa do gênero, ao trabalhar com a experiência e o entendimento subjetivo do colaborador e evidenciar sua versão sobre a moral existencial.

3-Metodologia

3.1-Pré-produção

Por se tratar de um objeto de estudo localizado a 136 km de distância de Viçosa, este projeto experimental exigiu coleta de dados em campo e o esforço descritivo, a fim de apreender a realidade de vida dos acampados. Neste sentido, o primeiro passo por nós adotado foi a identificação de referencial teórico referente ao MST e conversas com militantes do Movimento¹⁷.

Por evidente necessidade de explorar e aprofundar o tema das histórias de vida em um contexto de complexidade e distanciamento das vivências que serão relatadas, a entrevista de história oral de vida, em profundidade e semi-aberta, e a imersão na realidade foram os dois instrumentos de coleta de dados que adotados. A entrevista em profundidade semi-aberta é uma técnica útil para apreender e tratar questões íntimas do entrevistado, bem como para descrever os processos complexos nos quais ele está ou esteve envolvido (DUARTE, 2005). Já a imersão na realidade mostrou-se relevante para a inserção no ambiente natural do acampamento, permitindo o entrosamento e participação nas atividades, exigindo um olhar atento diante das situações cotidianas vivenciadas no local.

¹⁷A percepção que tive foi a de que a via mais segura para se chegar aos acampados era os militantes e dirigentes do movimento, pois mesmo que estes não sejam o foco de pesquisa, são referências locais e facilitadores do acesso ao acampamento, além de indicadores de referencial teórico acerca do MST.

Foi elaborado um roteiro de entrevista durante a feitura do projeto de pesquisa (anexo) para orientar as abordagens feitas aos acampados, a fim de proporcionar o conhecimento de pontos específicos e informações parciais das narrativas dos sem-terra. Por se tratar da verdade oferecida pelos acampados, foi dada a liberdade para que os sujeitos fossem bastante livres nas respostas das questões, revelando ou ocultando as informações conforme sua vontade. Além disso, foi inequívoco para nós assumir a versão narrada pelos entrevistados sem julgamentos, uma vez que o pretendido foi entender e evidenciar como as fontes atribuem valor e visão às suas próprias histórias. “Se exponho a você minha nudez como pessoa, não me faça sentir vergonha”.

O primeiro contato com a comunidade se deu no Encontro Regional Sem Terrinha, que aconteceu nos dias 12, 13 e 14 de outubro de 2012, contando com a presença das famílias acampadas no Denis Gonçalves, bem como dos assentados residentes no Olga Benário (Visconde do Rio Branco-MG). Na ocasião celebrativa, fui apresentada aos membros do MST por intermédio de uma militante do Movimento que cursava Arquitetura na UFV. A participação me permitiu conhecer algumas pessoas da comunidade e produzir fotos no local.

Na companhia da mesma militante, o meu retorno ao local se deu no dia 08 de dezembro de 2012, por ocasião de um curso de saúde oferecido no acampamento. Além disso, como estratégia de estreitamento dos laços, participei do “Debate sobre direitos humanos e justiça para Felisburgo: 8 anos de Impunidade” ocorrido na Câmara Municipal de Viçosa e que contou com a presença de assentados, acampados e parceiros do MST. Com o recesso de fim de ano, o agendamento para a minha próxima visita foi planejado para Janeiro de 2013.

Deste modo, entre os dias 05 a 15 de janeiro fiquei acampada em Goianá, período no qual entrevistei os sem-terra que estavam morando no local e participei das atividades da comunidade que ocorriam nas barracas familiares e nos espaços coletivos (cozinha e terreiro comunitários). Nas entrevistas, houve a tentativa de minimizar os ruídos advindos dos carros que trafegavam na BR, repetindo os trechos interrompidos, mas nem todas as gravações preservaram a pureza do som. Em relação à duração das entrevistas, variou-se conforme a abertura das fontes, tendo em média o tempo de uma a duas horas cada encontro. A partir da própria indicação dos acampados, foram identificados sem-terras a serem entrevistados. A experiência foi continuada no período de 12 a 17 de fevereiro e no dia 13 de abril, sendo estes momentos de vivência e coleta de dados resultando em um total de 20 entrevistas e centenas de fotos.

A participação indireta nos momentos que envolvem o MST foi facilitada a partir do Programa de Extensão Universitária Observatório dos Movimentos Sociais (MEC/SESU), o que proporcionou conhecimento de debates e fóruns envolvendo a questão agrária. No dia 06 abril, houve um Seminário de parceiros do Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV) no assentamento do MST em Visconde do Rio Branco. Já no dia 7 de abril, aconteceu um churrasco de comemoração dos dois anos de resistência dos acampados na MG-353, momento no qual também estive presente.

Em virtude da necessidade de sistematização dos dados obtidos, as visitas a campo foram cessadas e fizemos as primeiras decupagens das entrevistas. O programa *Audacity* foi selecionado para auxiliar a transcrição das falas, de maneira literal, respeitando traços da oralidade dos sujeitos acampados. As entrevistas transcritas foram editadas em forma de perfis narrados em primeira pessoa.

Foram feitas novas visitas ao acampamento em agosto (31/08/13) e setembro (02 a 04/09/13), ocasião na qual presenciei a reocupação da Fazenda Fortaleza de Sant'Anna e entrevistei o herdeiro das terras, Roberto Tostes. As entrevistas foram encerradas e o trabalho foi concentrado nas decupagens, orientações e escrita do memorial. Estágio no qual foi feita a leitura e fichamento das principais referências teóricas.

Entre os dias 22 e 28 de fevereiro de 2014, foi feita uma imersão na Fazenda Fortaleza para a revisão dos textos e aprofundamentos de algumas entrevistas. Foram lidos os perfis para os entrevistados para que elucidar alguns pontos que ficaram confusos ao decorrer da decupagem das primeiras conversas e também para que os sem-terra avaliassem se o texto escrito correspondia às entrevistas que tinham concedido e se nenhuma fala resultaria em constrangimento para o personagem. A partir da aprovação dos perfis, as famílias assinaram o termo de autorização de uso da imagem para integrarem o livro.

Oportunidade também aproveitada para estreitar a intimidade com as fontes e que rendeu uma viagem à cidade de Piau. Revisitamos espaços e pessoas relacionados à vida da acampada e a pedido da mesma o perfil não foi identificado. Pude também conhecer pontos importantes da vida do sem-terra Querubim, que procurou e me mostrou fotos antigas nos álbuns de família que guarda.

3.2-Produção

Depois de finalizada a coleta de dados, as entrevistas foram transcritas preservando os traços da oralidade dos personagens. A ideia inicial foi a de que cada capítulo fosse escrito de modo autobiográfico, por ser a forma enunciativa que expressa com privilégio a subjetividade da fonte (EMEDIATO, 2007). Assim os sem-terra teriam o espaço para falarem livremente de suas experiências sem grandes intervenções de minha parte enquanto narradora.

Este estilo foi escolhido devido à proposta de evidenciar as histórias do sem-terra sendo contada pelo ponto de vista deles próprios, dada a raridade de trabalhos em que verdadeiramente são protagonistas. Entendemos que seria incoerente criar grandes mediações na transmissão da mensagem, uma vez que os próprios relatos não prescindiam que fizéssemos representação das falas, além de se mostrarem improváveis de serem reproduzidos em tamanha expressividade tanto quanto por nós foi captada. O livro “Si me permiten hablar...” foi inspirador neste sentido para que déssemos voz aos sujeitos (VIEZZER, 2005).

Ao longo da estruturação dos textos, adotamos os procedimentos previstos na história oral “pura”, segundo MEIHY (2005), transcrevendo absolutamente a linguagem falada dos acampados, de modo bruto- preservando perguntas, respostas, erros e palavras sem peso semântico. Em um segundo momento, passamos para a fase de textualização, eliminando erros gramaticais, perguntas e fazendo a reparação de palavras sem peso, além de retirar os ruídos indesejáveis e identificar o “tom vital” das entrevistas.

Feita a textualização, a próxima etapa adotada foi a de transcrição. Processo de edição e recriação das falas para comunicarmos melhor a mensagem das entrevistas, a partir de estratégias de modificação. MEIHY aponta que este processo não se trata de cópia, reprodução, paródia ou imitação, mas o senso estético encontra oportunidades nesta fase de aproximar a história oral da literatura, ao valorizar a geração do percurso narrativo:

A “tradução” do oral para o escrito, assim como uma tradução de idiomas diferentes, não se opera como uma simples transcrição, especialmente quando se trata de um texto subjetivo como a poesia e no caso da história oral- a narrativa do colaborador. E as variações de código, mais do que as correspondências de palavra a palavra implicaria complexo campo que trança na coerência, beleza e entendimento. É impossível do etéreo, do verbo, se passar à

materialização da escrita com fidelidade absoluta como se uma coisa fosse outra. Admitir isso, aliás, seria temeridade, visto que sons, entonação, cacoetes, modulações, não se registram sem alterações. (MEIHY, 2005, p.134-135)

Na transcrição, os fatores performativos encontram oportunidade de emergirem, uma vez que além da linguagem verbalizada, a entrevista contém atos de fala, isto é contexto situacional, que abriga o indizível, o gestual, as emoções, os silêncios, a força expressiva do texto (MEIHY, 2005). O livro de Moema Viezzer e Domitilla Barros demonstra este processo de transcrição.

Os perfis foram organizados em capítulos e introduzidos com uma breve enunciação de minha parte, escrita em terceira pessoa e demonstrando meu relacionamento afetivo com os personagens. Das 20 entrevistas feitas, oito foram escolhidas para configurarem o livro. A seleção foi feita por conta de alguns fatores: saída de algumas famílias do MST, livremente ou por expulsão, insuficiência de dados e de autorização no uso da imagem por escassas oportunidades de novos encontros, entrevistas com pessoas que não permaneciam continuamente no acampamento.

As fotos tiradas foram selecionadas para compor o livro.

3.3- Pós-produção:

3.3.1- Descrição do Produto:

Número de páginas: 130

Dimensões da página: 25x21cm

Fontes utilizadas: *Courier New* para títulos e subtítulos; *Adobe Caslon Pro* para textos longos e legendas.

3.3.2. ORÇAMENTO

Descrição	Valor
Passagens/caronas ida e volta trajeto Viçosa/Goianá.	≈R\$350,00
Xerox/impressões de materiais	≈ R\$50,00
Diagramação	R\$ 130,00
Impressão para a banca	R\$134,00

3.3.3. MATERIAIS

Como facilitadores do registro, alguns materiais se fizeram necessários, quais sejam: um caderno de campo, na função de diário, um gravador de voz digital (Sony-ICD- PX 312) e uma câmera fotográfica (NIKON D-90).

Para o tratamento dos dados foi utilizado um Hd Samsung (Modelo: HX-M 101 TCB/G Portable 1 TB), 1 Notebook, Programa de edição e gravação de áudio, Audacity Pro. Softwares de edição de imagens e de diagramação, *Adobe Photoshop* e *Adobe InDesign*.

4- Considerações Finais

A pesquisa biográfica exige certo preparo mental para compreender e aceitar a complexidade da tarefa, a natureza criativa do processo e as demandas de tempo, paciência e compromisso com um momento muitas vezes caótico e intrincado de ambos, biógrafo e biografado. (VILAS BOAS, 2007, p.40)

Esta foi uma experiência desafiadora e bastante rica pessoal e profissionalmente falando. Acompanhar as pessoas na angústia da espera por um pedaço de chão, privadas de direitos básicos e incertas se realmente o investimento seria recompensado, me dava forças para prosseguir. Ao mesmo tempo, a cada ida ao acampamento, aumentava a incerteza se havia energias e preparo suficientes para levar adiante esta empreitada. Diante da complexidade das situações, por muitas vezes voltei para casa repleta de conflitos em relação à minha capacidade de reportar, de forma madura, as histórias dos acampados.

Ao longo do desenvolvimento, a distância física que separava-nos do Denis Gonçalves fez com que a maioria das imersões fosse aproveitada para coletar dados e a sistematização dos mesmos foi feita em Viçosa. Apesar das anotações no caderno de campo, as observações poderiam ter sido mais ricas com relação à minha experiência pessoal, caso houvesse maior disponibilidade de tempo e recurso para permanecer no acampamento.

Aprendendo, na maior parte do curso, a escrever objetivamente e em forma de *lead*, senti bastante dificuldade de exercer a escrita literária, quando tive a oportunidade. O poético exige cuidado e tempo para se materializar em escrita.

Ao final de muito trabalho e muitas orientações, os aprendizados foram significativos. O exercício da escuta, a busca pela empatia e profundidade, o compromisso e respeito às fontes, a necessidade de leituras acerca do tema e organização para o êxito do trabalho... Para além de todas as questões técnicas, muita experiência de vida foi acumulada.

Esperamos que este livro-reportagem possa retornar como fonte de registro e memória aos pré-assentados do Denis Gonçalves, para que a história de resistência deste povo não fique esquecida. E que também instigue novos trabalhos acadêmicos dentro do Curso de Comunicação da UFV, que prezem pela responsabilidade social do jornalismo e pela apuração em profundidade, bem como pesquisas em outros campos de estudo.

5- Bibliografia

ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo- O jornalismo e a regra do marceneiro*. 4ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ALBERTI, V., FERNANDES, TM., FERREIRA, MM., orgs. *História oral: desafios para o século XXI* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/2k2mb/04>. Acessado 20 de abril de 2014.

BRIGADA Manuel Marulanda. Arquivo disponível em: http://mstgoiana.blogspot.com.br/2010_03_01_archive.html. Acessado em 20 de Julho de 2013.

CARDOSO, F. P.; JUCKSCH, I.; SILVA, M. S.; HIRONAGA, L. S.; CASTRO, A. D.. *Projeto arquitetônico e participação popular: as dimensões formais, simbólicas e políticas da moradia e da habitação em assentamentos de reforma agrária*. Labor & Engenho, Campinas [SP], Brasil, v.3, n.1, p.70-81, 2009. Disponível em: http://conpadre.org/L&E/L&E_v3_n1_2009/05_p70-81.pdf. Acessado 01 de maio de 2014.

CEDEFES. Arquivo disponível em: http://www.cedefes.org.br/index.php?p=terra_detalle&id_afro=4118. Acessado em 20 de Julho de 2013.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

CARVALHO, Márcio Francisco de. "*A população goianaense como guardiã do patrimônio cultural*." Arquivo disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/23030/12505>. Acessado em 02 de Agosto de 2013.

DOWNING, Jonh D. H. (Et. Alli. Orgs). *Mídia Radical: Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. Tradução de Silvana Vieira. 2ª Edição. São Paulo: Senac, 2004.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.

EMEDIATO, Wander. *A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura*. São Paulo: Geração Editorial, 2007.

ESTADÃO. *As 'quase favelas rurais'*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,as-quase-favelas-rurais,998260,0.htm>. Acessado em 1 de maio de 2014.

ESTADÃO. *Concentração de terras aumenta no Brasil, aponta IBGE*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,concentracao-de-terras-aumenta-no-brasil-aponta-ibge,443398,0.htm>. Acessado em 30 de abril de 2014.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2010.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais no início do século XXI*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 10 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GONH, Maria da Glória Marcondes. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

INCRA. *Histórico da questão agrária*. Arquivo disponível em: <http://www.incra.gov.br/http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/historico-da-questao-agraria>. Acessado em 20 de Julho de 2013.

INCRA. *Projetos e programas do Incra*. Arquivo disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/educacao-no-campopronera>. Acessado em 20 de Julho de 2013.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas Ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. 3ª Edição. Editora Manole: São Paulo, 2004.

Jornal Online Folha de São Paulo. *Dilma é a que menos desapropria desde Collor*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1210631-dilma-e-a-que-menos-desapropria-desde-collor.shtml>. Acessado em 28 de Junho de 2013.

MACIEL, Laura Antunes. *Imprensa, história e memória: Da unicidade do passado às outras histórias*. Patrimônio e Memória, Assis. (SP, v.5, n.2, p. 66-89, dez. 2009)

MARTINS, José de Souza. *A reforma Agrária e os limites da democracia a Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5ª Edição. Edições Loyola: São Paulo, 2005.

MORAES, Dênis de (org). *Por uma outra comunicação*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

MOURA, Roseni A de. *“Imagem de nós”*: Relações de estabelecidos e outsiders entre população urbana e assentados de Reforma Agrária do sul do Espírito Santo.

MST. *Organização*. Disponível em: <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/330>. Acessado em 30 de Julho de 2013.

NEPOMUCENO, Eric. *O massacre: Eldorado de Carajás: uma história de impunidade*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

OLAVO, Carlos. *Nas terras do rio sem dono*. Rio de Janeiro: Codecri, 1988.

PENA, F. *Jornalismo Literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

PENA, F. *O jornalismo Literário como gênero e conceito*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2006.

PERUZZO, Cícilia M. K. *Comunicação nos Movimentos Populares: a participação na construção da cidadania*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTAELLA, Lucia. *Comunicação e Pesquisa: projetos para mestrado e doutorado*. São Paulo: Hacker, 2001.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. *Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história*. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Testemuhotrajetoriasdevidaehistoria.pdf>. Acessado em 21 de abril de 2014.

Seminário de parceiros: XVI EIV Regional Zona da Mata realizado no assentamento Olga Benário MST – Visconde do Rio Branco-MG, em 06 de abril de 2013.

SOUZA, Eduardo Ferreira de. *Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST*. São Paulo: Annablume, 2004.

SCHWENGBER, Isabela. *Quando o MST é notícia*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.

SGRECIA, Alexandre; GADELHA, Edmar. Movimento Rural, 1970-85. In: POMPERMAYER, Malori José (ORG). *Movimentos Sociais em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1987. Volume, capítulo, página inicial-final da parte (P.232).

TEIXERA, Manoel Tadeu. Assentamento Olga Benário. Disponível em: <http://www.extensao-rural.ufv.br/dissertacoes/2012/Manoel%20Tadeu%20Teixeira.pdf>. Acessado em 06 de Agosto de 2013.

VIZZER, Moema. *Si me permiten hablar: testimonio de Domitila, una mujer de las minas de Bolivia*. Siglo XXI, 1978

VILAS BOAS, Sergio. *Perfis e como escrevê-los*. Summus Editorial: São Paulo, 2003.